

## OS DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL

### INTRODUÇÃO

A institucionalização das disciplinas científicas, ocorrida durante o século XIX, foi parte de um processo de afirmação do ideal positivista de ciência, que pressupunha autonomização e individualização das categorias do conhecimento científico. Dentro dessa perspectiva, a construção dos campos disciplinares relativos à História e à Geografia objetivou estabelecer uma delimitação clara entre tais disciplinas, resultando numa forte segregação entre as categorias de análise relacionadas ao tempo e ao espaço. O sentimento de confiança no progresso contribuiu ainda para a priorização do tempo histórico e de suas qualidades do vir-a-ser dentro das investigações das ciências sociais. A crescente difusão do historicismo, associada a uma concepção fisicalista do espaço (que se confundia com o próprio *determinismo geográfico*<sup>1</sup>), consolidou, assim, a primazia do tempo como instância verdadeiramente dinâmica da sociedade, provocando uma submersão do espaço no pensamento social (Soja, 1993; Luchiani, 1996).

Entretanto, as últimas décadas têm presenciado um processo de rearticulação das percepções de tempo e de espaço, em parte devido à própria reestruturação produtiva pela qual vem passando o sistema capitalista (Harvey, 1992), o que provocou uma rediscussão sobre a incoerência da dicotomia existente entre esses elementos e entre os campos disciplinares relativos à história e à geografia. Iniciou-se, assim, um processo de revalorização do espaço dentro das análises das ciências sociais, agora não mais como um mero receptor dos processos, mas como uma instância com a qual tais processos necessariamente têm que interagir.

Dentro desse contexto, os estudos sobre a história da cidade, desde muito já atentos à relação dinâmica entre espaço e sociedade, ganham uma atenção renovada e uma potencialidade interpretativa particularmente interessante. Desse modo, o objetivo deste artigo é resgatar algumas dessas perspectivas contemporâneas de interpretação do espaço tendo como referência sua contribuição para o campo de estudos sobre a história da formação do espaço urbano no território brasileiro.

### **APORTES TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO E SUA PRODUÇÃO**

O debate mais vigoroso acerca da dialética entre espaço e sociedade foi instaurado durante a década de 1970, ao mesmo tempo em que se deflagrava efetivamente uma crise na confiança irrestrita em relação ao progresso e em seu caráter positivo. Tal conjuntura contribuiu para um repensar sobre a própria história da formação da sociedade capitalista. Nesse sentido, as formulações se concentraram numa tentativa de inserir a questão espacial dentro das interpretações marxistas da realidade, restituindo ao espaço seu papel na dinâmica social. O crescimento gigantesco e contínuo das cidades, tanto no centro quanto, principalmente, na periferia do capitalismo mundial, e sua identificação como peça-chave na reprodução do sistema trouxeram o fenômeno urbano para o centro das análises. As novas propostas de interpretação e investigação se apresentaram, assim, como mecanismos para se compreender a dinâmica do capitalismo urbano industrial e sua reprodução continuada.

Nessa empreitada, tais interpretações acabaram propiciando uma ampla mudança de perspectiva dentro dos estudos das relações entre espaço, tempo e sociedade.

Henri Lefèbvre (2007) foi um dos pioneiros nessas novas investidas analíticas, dedicando-se de forma intensa a esse propósito na obra *A produção do espaço*. Nesse estudo, Lefèbvre chama a atenção para a relação dialética entre espaço e sociedade e para a necessidade de se compreender e analisar o espaço como *produto social*, como uma segunda natureza resultante da relação entre sociedade e ambiente, sendo um elemento intrínseco da dinâmica social.

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtiva e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (Lefèbvre, 2007, p.5).

Desse modo, a interpretação do que Lefèbvre denomina de *espaço social* procura reconhecer na produção desse espaço sua própria dinâmica e interatividade, buscando superar as interpretações que o consideravam um receptáculo passivo das ações humanas.

Para as pretensões deste artigo, vale ressaltar as três dimensões por meio das quais Lefebvre decodifica o *espaço social*: as *práticas espaciais* (espaço percebido), as *representações do espaço* (espaço concebido) e o *espaço de representações* (espaço vivido).

A *prática espacial* corresponde à produção e reprodução de lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, assegurando certa coesão no relacionamento dos indivíduos com o meio. Essa dimensão se refere aos aspectos eminentemente físicos e materiais referentes às interações entre homem e espaço. Desse modo, a *prática espacial* de uma determinada sociedade produz seu ambiente, ao mesmo tempo em que o espaço produzido supõe determinada *prática espacial*, numa relação dialética.

As *representações do espaço* estão ligadas à ordem imposta pelas relações de produção e, desse modo, se relacionam aos conhecimentos, aos signos, aos códigos elaborados intelectualmente. O espaço concebido é, assim, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas.

O *espaço de representação* é aquele que se apresenta por meio de simbolismos complexos. É o espaço vivido através de imagens e símbolos, mais próximo, assim, de seus habitantes e usuários. Esse espaço é passivamente vivenciado, apropriado e modificado pela imaginação, sendo parte do imaginário individual e coletivo.

Embora a análise pressuponha uma observação individual de cada um desses aspectos, Lefebvre atenta para a necessidade de perceber as relações intrínsecas e indissociáveis entre eles dentro do conjunto dinâmico que se expressa através do *espaço social* e de sua produção (e reprodução).

Quando da publicação original de *A produção do espaço*, em 1974 (primeira edição francesa, intitulada *La production de l'espace*), o discurso lefebvriano foi recebido com ressalvas pelo meio acadêmico, sendo considerado tendencioso ao determinismo espacial. Entretanto, as proposições de Lefebvre procuravam justamente fugir a esse determinismo. Sua teoria direcionava-se para a superação da armadilha do espaço em si, revelando as relações sociais nele implicadas, incluindo as relações de classe.

David Harvey, embora tecendo algumas ressalvas, sustenta uma interpretação que vem ao encontro da dialética proposta por Lefebvre. Segundo Harvey (1980, p.2), as formas espaciais não podem ser vistas como objetos inanimados nos quais o processo social se desenvolve, mas como instâncias que contêm os processos sociais, assim como os processos sociais são espaciais. O próprio modo como o meio urbano se estrutura expressa o papel desempenhado pelo espaço tanto na organização da produção como na padronização das relações sociais. E tal estrutura, uma vez criada, afeta o desenvolvimento futuro dessas mesmas relações sociais e também da organização da produção. Desse modo, “o espaço criado substitui o espaço efetivo como princípio dominante da organização geográfica” (Harvey, 1980, p.267).

Tais discussões ganharam corpo no Brasil a partir da obra de Milton Santos.

Numa crítica à fragmentação excessiva da disciplina geográfica e à sua dicotomização em relação à história, esse autor chama a atenção para a necessidade de uma implementação efetiva da interdisciplinaridade nos estudos geográficos: “A geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (Santos, 1986, p.105). Nesse sentido, a geografia deve ser pensada historicamente e suas pesquisas devem se direcionar não para a investigação do espaço em si, mas para a investigação da produção do espaço, o estudo do espaço como produto histórico, sua gênese, seu funcionamento e sua evolução. Visivelmente influenciado pela obra de Lefebvre, Milton Santos (1986) também rechaça a ideia de espaço como mero reflexo da sociedade e consubstancia sua proposta com base em três formulações fundamentais: o espaço como *fato*, *fator* e, conseqüentemente, *instância social*.

O espaço é *fato social* porque, embora seja produto da ação humana, existe fora do indivíduo, é uma realidade objetiva que se impõe tanto ao indivíduo quanto à sociedade como um todo. Embora a percepção individual de determinado espaço possa admitir variações, sua realidade material e objetiva é inquestionável. Entretanto, na medida em que admitimos o espaço como um *fato social*, recusamos sua interpretação fora das relações sociais que o definem. O espaço é fato social do mesmo modo que é fato histórico, é elemento de um conjunto em que realiza a dupla função de definir e ser definido por uma dada realidade é simultaneamente produto e produtor, determinante e determinado.

Seguindo essa linha de raciocínio, o espaço é também *fator social*. Uma configuração espacial existente influencia de modo decisivo a evolução dos novos arranjos sobre o território. As raízes de um processo de povoamento influenciam o desenrolar desse processo. Existe aí uma *inércia dinâmica*, ou seja, as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos subseqüentes.

O espaço considerado como *fato* e *fator social* torna-se, assim, *instância social*. E como as demais instâncias<sup>2</sup>, ele tende a reproduzir-se de modo ampliado, acentuando seus traços dominantes. O espaço é estrutura social, pois age e reage sobre as demais estruturas sociais e sobre a sociedade como um todo, de modo que as condições espaciais pré-existentes não podem ser ignoradas.

O geógrafo Edward Soja (1993) também fundamenta sua proposta de dialética socioespacial adotando pressupostos que vão ao encontro das proposições até aqui apresentadas. Segundo Soja (1993, p.14), a espacialidade se expressaria como “um produto (ou resultado) social e uma força (ou meio) que modela a vida social”.

Esse autor procurou trazer efetivamente ao debate a discussão, de certa forma inevitável, sobre o necessário restabelecimento da associação entre as categorias do tempo e do espaço nas análises sociais. Destacando a posição subliminar da dimensão espacial e com o objetivo de revigorá-la, Soja apresenta as proposições de diversos autores em suas abordagens sobre o espaço, formalizando o desenvolvimento das chamadas *geografias pós-modernas*.

Uma geografia humana nitidamente pós-moderna e crítica vem tomando forma, reafirmando impetuosamente a importância interpretativa do espaço nos confins historicamente privilegiados do pensamento crítico contemporâneo. A geografia pode ainda não ter desalojado a história no cerne da teoria e da crítica contemporâneas, mas há uma nova e animadora polêmica na agenda teórica e política, uma polêmica que anuncia maneiras significativamente diferentes de ver o tempo e o espaço juntos, a interação da história com a geografia, as dimensões “verticais” e “horizontais” do ser no mundo, livres da imposição do privilégio categórico intrínseco (Soja, 1993, p.18).

É dentro desse contexto de desenvolvimento das *geografias pós-modernas* que o espaço retorna com especial vigor às análises sociais. O que tanto Soja quanto os demais autores apresentados reconhecem em suas tentativas de reformulação da categoria espaço é a validade e a necessidade de reunir nas análises sociais tanto as questões relativas à sucessão temporal quanto aquelas relacionadas à simultaneidade da visão espacial. Assim, a análise diacrônica imprimida pela escala do tempo não deve ser interpretada de forma oposta ou dissociada da análise sincrônica na escala do espaço; pelo contrário, é a visão global e dialética de tais categorias que possibilitará uma compreensão mais interina da complexidade social.

## **A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A DIALÉTICA SOCIOESPACIAL**

A perspectiva analítica relativa à dialética socioespacial é muito evocada para os estudos sobre a sociedade contemporânea, tendo sido formulada a partir das contradições dessa sociedade. Entretanto, tal perspectiva também se mostra válida para as análises relativas à sociedade e aos espaços do passado e para a identificação de suas repercussões sobre o presente. Desse modo, na tentativa de visualizar a dialética socioespacial inerente à formação da cidade e da rede urbana brasileira, apresentamos, a seguir, alguns estudos de maneira a exemplificar a potencialidade dessa compreensão de espaço para o entendimento de nossas formações urbanas.

Iniciemos, então, pelo já clássico trabalho publicado por Nestor Goulart Reis Filho (2000). Para o estudo da dinâmica urbanizatória inicial no território hoje brasileiro, o autor parte da prerrogativa de que a urbanização deve ser entendida como um *processo social*. Dentro dessa linha de interpretação, o caráter social e o caráter espacial da urbanização são tratados de forma conjunta e relacionada, e a principal instância de análise é a própria interação entre sociedade e espaço. Tal pressuposto se alinha, inclusive, com as discussões anteriormente apresentadas.

Em seu estudo, Reis Filho procura evidenciar como a formação e a conformação da cidade na América Portuguesa, durante os séculos XVI e XVII, corresponderam às estratégias de colonização da metrópole ultramarina, ganhando contornos específicos em razão das próprias contingências relativas à exploração e apropriação do território.

A exportação de produtos agrícolas — principalmente o açúcar — aos mercados europeus e a importação de produtos manufaturados estabeleceram, a princípio, uma divisão do trabalho entre campo e cidade num nível internacional. Desse modo, a rede urbana aqui implantada correspondeu quase que exclusivamente à necessidade de apoio à agricultura de exportação, sendo composta por alguns centros regionais, onde o aparato administrativo colonial se instalou, e por núcleos de menor importância, implantados, em geral, ao longo da costa, mas de fraca articulação entre si.

Essa situação se alterou em meados do século XVII. A queda nos preços do açúcar exportado reforçou um movimento de dispersão populacional pelo interior, contribuindo para o desenvolvimento de economias de subsistência e para o crescimento do setor comercial e manufatureiro com vistas ao mercado local. A apropriação do território de maneira não alinhada ao perfil até então implantado impôs à Coroa a adoção de medidas de controle sobre o espaço socialmente produzido. Iniciou-se, assim, um processo de centralização política, marcado por um aumento do controle direto sobre as capitanias e núcleos urbanos e pela implantação de novas vilas de modo a enquadrar a população rural dispersa.

Reportando-nos às terminologias de Lefebvre anteriormente explicitadas, poderíamos dizer que sobre uma *prática espacial* (espaço percebido) conformada ao longo de quase dois séculos (as fazendas e engenhos de açúcar e sua organização socioprodutiva, sua ligação aos centros regionais litorâneos e a ligação desses com a metrópole de além-mar) foi se pronunciando uma alteração nas *representações do espaço* (espaço concebido) até então formuladas (de apoio à agricultura de exportação, os núcleos urbanos começam a desempenhar funções de controle do povoamento). Tais alterações tinham por objetivo controlar o *espaço de representações*, o espaço vivido que então começava a se estender pelo interior, intensificando suas relações com a terra e passando, cada vez mais, a se identificar com ela. É possível verificar, assim, a existência de uma relação dialética entre a produção do espaço e seu controle, profundamente imiscuída na dinâmica social então existente.

O povoamento do território mineiro e a formação de sua rede urbana intensificaram a complexidade do processo em curso. Fernanda Borges de Moraes (2006) nos apresenta a maneira pela qual se deu a articulação macrorregional do território da América Portuguesa a partir da polarização exercida pela região das Minas.

A descoberta do ouro intensificou de forma expressiva a interiorização do povoamento, exigindo atenção nova por parte da Coroa. O desenvolvimento de núcleos urbanos voltados quase que exclusivamente para a atividade mineradora, sobretudo no momento inicial da ocupação, estimulou o desenvolvimento de um comércio inter-regional e a dinamização da agricultura de abastecimento. Cursos de rios importantes, como o São Francisco, tornaram-se rotas comerciais privilegiadas e também se consolidaram diversos caminhos integrando as regiões distantes da colônia às Minas. Conforme sugere-

rido pela própria autora, a visualização de tal processo deixa clara a forte interatividade entre sociedade e espaço, numa dinamização simultânea tanto da estrutura social quanto da estrutura territorial da América Portuguesa.

Também em relação aos núcleos urbanos mineiros, Cláudia Damasceno Fonseca (2001) nos apresenta os contextos e as estratégias, variadas ao longo do século XVIII, responsáveis pela elevação à categoria de vila de um número restrito de localidades na capitania de Minas Gerais. O ímpeto inicial que resultou na ereção de oito vilas entre os anos de 1711 e 1718 foi extremamente refreado ao longo do século XVIII, embora a dinâmica de crescimento dos núcleos urbanos não tenha sofrido refreamento. Ao longo de todo o século, apenas mais cinco vilas foram criadas. A necessidade de se impor a administração colonial, assim como levou à ereção das primeiras vilas, também foi um dos fatores responsáveis pela limitação da concessão do título. As câmaras municipais agiam muitas vezes de forma a interferir nas determinações ultramarinas, tornando desinteressante conferir maior autonomia aos núcleos urbanos. A interação entre a sociedade que se constituía e o espaço por ela apropriado possibilitou a construção de uma identidade territorial, num visível fortalecido da estrutura social mineira. Entretanto, esse processo também determinou uma nova postura da Coroa em relação às intervenções sobre o espaço. Novamente se percebe aqui a forte interatividade entre processos sociais e espaciais, tornando imperativa sua investigação de forma associada.

Relativamente à formação e transformação do ambiente intraurbano, Murillo Marx (1989) sustenta que a evolução do espaço público urbano no Brasil passou paulatinamente de uma predominância eminentemente religiosa para a predominância secular, mais atenta ao mundano, aos negócios e ao cotidiano. Assim, de um *conceito* inicialmente religioso, o espaço urbano no Brasil gradativamente vai incorporando um *conceito* mundano. Nos primeiros tempos prevaleciam as determinações eclesiásticas<sup>3</sup>, retemperadas e reforçadas pela Contra-Reforma. Como havia uma relação de união entre os poderes do Estado e os da Igreja Católica, essas determinações preenchiam uma lacuna da legislação portuguesa. Embora a Independência tenha provocado algumas modificações nessa relação, somente com o advento da república a união é desfeita. Deixou de existir, assim, uma religião oficial e usos cerimoniais compulsórios que afetavam a vida urbana. As normas eclesiásticas caíram, mas foram substituídas por normas civis nem sempre respeitadas.

O *uso* do espaço urbano coletivo tinha inicialmente um cunho ritual. As festas católicas representavam momentos excepcionais de animação maior num palco de atividades medíocres. “Poder-se-ia dizer que a laicização, constante e demorada, significou o recuo da festa diante do negócio, a diminuição dos feriados diante do crescimento dos dias agora chamados úteis” (Marx, 1989, p.59). Segundo o autor, as atividades cotidianas, como as questões de circulação e trânsito, inicialmente medíocres, cresceram e passaram a predominar, mas tornou tênue e limitada a utilização de nossos espaços por todos.

O *âmbito* das áreas comuns era indefinido e referenciado, sobretudo pelos locais considerados sagrados. Os espaços públicos não eram claramente delimitados, sendo caracterizados pelas ruas e largos em frente às capelas, se confundindo com o espaço religioso sob foro eclesiástico. Com a diversificação dos usos e o aumento da intensidade da vida urbana, a delimitação entre o particular e o público também foi se tornando mais clara, privilegiando, entretanto, o espaço privado.

[...] o alinhamento ganhará papel crucial ao longo do século, à medida que avança o capitalismo, cresce o valor de troca da terra, aumentam os atritos e as questões de limites entre vizinhos, entre o espaço privado e o espaço público, ambos se redefinindo e precisando nos termos atuais (Marx, 1989, p.145).

O *trato* do espaço de uso coletivo era marcado inicialmente pela existência de raros elementos da simbologia cristã e por providências que privilegiavam ocasiões rituais, recebendo poucos cuidados e equipamentos. A limpeza e a conservação dos logradouros públicos se davam por conta dos moradores. O “mobiliário urbano” existente era eminentemente católico: passos, imagens de santos nas esquinas ou incrustadas no casario, cruzeiros. Paulatinamente, esse tratamento avançou no sentido de obras e serviços permanentes, atentos ao cotidiano e suas necessidades. Entretanto, o aparelhamento dos espaços públicos com outros símbolos e equipamentos foi lento e demorado, numa correspondência à sua atual pobreza e desleixo.

Murillo Marx atribui boa parte da configuração inicial de nossos espaços urbanos a uma relação institucional entre Estado e Igreja que se fazia muito forte no imaginário e na vida social. Transplantada tal relação para a América Portuguesa — e também parte da população que a ela se subordinava, inclusive espiritualmente —, sua materialização no espaço se deu carregada de particularidades inerentes ao contexto diferenciado em que se inseria. E mais, o modo como o meio urbano se constituiu exerceu influência sobre os desdobramentos subsequentes da evolução de nossas cidades. Imiscuídos a novas necessidades e imposições materiais da vida moderna, esses modos primevos de relacionamento com o espaço urbano deixaram reflexos sobre o tratamento das áreas coletivas dos dias atuais. Dentro dessa perspectiva de análise, processos sociais e espaciais se fundiram e o espaço assumiu as prerrogativas de *fato*, *fator* e *instância social*, conforme definidas por Milton Santos. Sua relação com a sociedade foi e é dialética: a configuração do espaço urbano foi determinada por uma conjuntura específica, mas ao mesmo tempo tal configuração tornou-se um dos fatores determinantes da reprodução e dos desdobramentos subsequentes do relacionamento entre a sociedade e o ambiente citadino.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, não tivemos a pretensão de esgotar a complexidade do assunto tratado. Acreditamos, entretanto, ter lançado algumas questões que ajudam a pensar o processo de formação do meio urbano no Brasil à luz de uma linha interpretativa particularmente instigante. E, embora os estudos sobre tal processo, em sua maioria, ainda não tenham se alinhado efetivamente a essa corrente interpretativa<sup>4</sup>, ela representa um campo bastante fértil para as análises.

A cidade vem se revelando o local privilegiado das mais complexas formas de interação entre sociedade e espaço, interações essas que se tornam explícitas quando compreendidas historicamente. É nesse sentido que o estudo da história de nossas formações urbanas nos permite espacializar de forma bastante enriquecedora os processos históricos dos quais elas fazem parte e, por outro lado, lança novas luzes para a compreensão desses mesmos processos. A associação entre tempo, espaço e sociedade revela-se não só bastante proveitosa, como fundamental para a compreensão de nossa constituição ao mesmo tempo social e espacial.

## NOTAS

- 1 Essa concepção de espaço conferia um caráter fatalista e mecanicista à relação homem-natureza, dando grande ênfase ao processo de submissão das ações humanas à força das determinações físico-territoriais do meio ambiente (Luchiari, 1996, p.199).
- 2 Segundo o autor, as demais instâncias seriam: "1. a base econômica, ela própria determinada pelas forças produtivas; 2. a ordem política e jurídica que lhe é correspondente; 3. as superestruturas ideológicas que encimam o edifício" (Santos, 1986, p.142).
- 3 Em 1719, em Salvador, foram públicas as *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, que se configuraram como a carta básica eclesial de todo o Brasil da época e exerceram influência sobre a conformação cidadina e sobre a disposição de suas áreas coletivas.
- 4 Uma exceção é o estudo realizado por Fernanda Borges de Moraes (2006, p.53), em que tal alinhamento é explicitado.

*Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p.769-785.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Belo Horizonte, 2007. Mimeografado.

LUCHIARI, M.T.D.P. A categoria espaço na teoria social. *Temáticas*, v.4, n.7, p.191-238, 1996.

MARX, M. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989. 219p.

MORAES, F.B. *A rede urbana das minas coloniais: na urdida do tempo e do espaço*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2006. 3v.

REIS FILHO, N.G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2.ed. São Paulo: Pini, 2000. 239p.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 190p.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 324p.

## REFERÊNCIAS

FONSECA, C.D. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS 1415-1822.

## RESUMO

Este artigo procura estabelecer um diálogo entre os discursos contemporâneos sobre a produção social do espaço e o estudo da história da formação das cidades no território brasileiro. Embora a perspectiva analítica relativa à dialética socioespacial seja muito evocada para as investigações sobre a sociedade contemporânea, ela também se mostra válida para o entendimento da sociedade e dos espaços do passado e mesmo para a identificação de suas repercussões sobre o presente. Na tentativa de visualizar a dialética socioespacial inerente à formação da cidade e da rede urbana brasileira, apresentamos as propostas e estudos de alguns autores de forma a exemplificar a potencialidade dessa compreensão do espaço para o entendimento de nossas formações urbanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção do espaço. Formação de cidades. Dialética socioespacial. História urbana.



## **CONTEMPORARY DISCOURSES ON SPACE PRODUCTION AND THEIR CONTRIBUTION FOR THE STUDY OF THE CITY FORMATION IN BRAZIL**

### **ABSTRACT**

*This article tries to establish a dialogue between the contemporary discourses on the space social production and the study of the history of city formation in the Brazilian territory. Although the analytic perspective related to the socio-spatial dialectics is very often evoked in the investigations on the contemporary society, it has also shown to be valid for understanding the society and the spaces from the past and even for identifying their repercussions on the present. Trying to visualize the socio-spatial dialectics inherent to the Brazilian city and urban net formation, we present here propositions and studies from some authors in order to exemplify the potentiality of such comprehension of the space for the understanding of our urban formations.*

**KEYWORDS:** *Space production. City formation. Socio-spatial dialectics. Urban history.*

